



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega do III Prêmio Inovare: A Justiça do Século XXI**

Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2006

Senhor Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,
Ministro Gilmar Ferreira Mendes, vice-presidente do Supremo Tribunal
Federal,

Ministro Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, para
definir de que partido você é, porque levantaram dúvida aqui.

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Deputado federal Paes Landim,

Senhores ministros dos tribunais superiores,

Senhores desembargadores dos tribunais regionais, federais e dos
estados,

Juiz Rodrigo Collaço, presidente da Associação dos Magistrados
Brasileiros,

Promotor de Justiça José Carlos Cosenzo, presidente da Associação
Nacional dos Membros do Ministério Público,

Defensor público Leopoldo Portela Júnior, presidente da Associação
Nacional dos Defensores Públicos,

Senhor Pedro Freitas, consultor jurídico-geral da Companhia Vale do Rio
Doce,

Senhor Roberto Irineu Marinho, presidente das Organizações Globo,

Professor Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da Fundação Getúlio
Vargas,

Doutor Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro,
da Fundação Getúlio Vargas,

Senhoras e senhores membros da Comissão Julgadora e do Comitê



Especial,

Senhoras e senhores aqui agraciados com o Prêmio Innovare 2006,

Meu amigos e minhas amigas,

Nós todos aqui somos testemunhas de que vem ocorrendo um profundo esforço modernizador da Justiça no Brasil. E o próprio Poder Judiciário, antes de tudo, coloca-se à frente desse processo.

Cultivamos a consciência, estado e sociedade, de que a Justiça é uma premissa básica da democracia, da República e da cidadania.

Sabemos que a maior democratização do acesso ao Poder Judiciário e a sua capacidade de solucionar conflitos, cada vez com mais eficiência e agilidade, são fundamentais para garantir a harmonia e a segurança do convívio social, contribuindo para o desenvolvimento da nação.

Temos nos empenhado, juntamente com o Poder Judiciário, em levar à frente, por exemplo, uma reforma silenciosa – uma reforma que ainda não ganhou as manchetes dos jornais – que é tão importante quanto as que já foram aprovadas ou estão em tramitação no Poder Legislativo.

Estou falando da modernização dos cartórios, dos tribunais, da utilização das novas tecnologias para superar os gargalos administrativos e burocráticos que transformam os processos em verdadeiras corridas de obstáculos sem fim.

É com esse objetivo que surgiu o Prêmio Innovare, agora em sua terceira edição. Este evento é a consagração dessa agenda que construímos passo a passo e de forma coletiva.

Estamos aqui, portanto, para reconhecer e premiar publicamente a criatividade de juízes, promotores e defensores que se empenharam em iniciativas importantes para o avanço de uma Justiça voltada a toda a cidadania.

Desde o início do governo, como os senhores e as senhoras sabem,



realizamos e apoiamos medidas destinadas a reformar e fortalecer cada vez mais o Poder Judiciário. Temos certeza de que estamos avançando na consolidação de uma Justiça mais transparente, mais rápida e mais republicana.

Em 2003, por exemplo, o ministro Márcio Thomaz Bastos criou a Secretaria de Reforma do Judiciário, que foi o primeiro grande passo para a reestruturação da Justiça no País.

Quero destacar também o seu papel na aprovação da Emenda Constitucional 45, depois de 13 anos de tramitação no Congresso, que consolidou uma base institucional para o aprimoramento do Poder Judiciário.

Criamos ainda o tão esperado Conselho Nacional de Justiça, cujas atividades estão sendo fundamentais para garantir cada vez mais a moralidade da administração da Justiça, assegurando sua maior transparência.

A partir do Conselho atacou-se fortemente o nepotismo, foram sistematizados os processos de promoção de magistrados, e regulamentados os subsídios e vencimentos dos juízes e desembargadores.

O Conselho conferiu também outra dimensão para a discussão sobre o papel do Judiciário, inseriu o tema na pauta política, despertou, enfim, a sociedade para uma maior reflexão sobre qual o modelo de Justiça que queremos para o nosso País.

Minhas senhoras e meus senhores,

Essa não foi uma batalha apenas do governo, mas de toda a sociedade, que se envolveu no debate e defendeu mudanças profundas. Uma batalha do Congresso Nacional, que nunca votou tantas modificações legislativas para a construção de uma Justiça melhor.

E, sobretudo, uma batalha do Judiciário, que se despiu de velhos preconceitos e se empenhou em um processo de modernização sem precedentes, fortalecendo ainda mais a sua independência.

Lembro-me muito bem quando assinei, em dezembro de 2004,



conjuntamente com o presidente do Supremo Tribunal Federal e os Presidentes da Câmara e do Senado, o Pacto por uma agenda de reformas do Judiciário, contendo compromissos para aprimorar os serviços judiciais.

Tratou-se de um comprometimento republicano e inédito que fortaleceu ainda mais os mecanismos de acesso à Justiça e a reforma da legislação processual.

Esse esforço de negociação premiou a sociedade brasileira com importantes conquistas, como a efetiva consolidação das defensorias públicas. Garantimos, assim, sua autonomia administrativa na Constituição, para que possam desempenhar com total isenção suas atividades de defesa da população mais pobre.

Isso evidentemente é da maior importância, na medida em que todo cidadão e cidadã tem que ter por direito universal a igualdade perante a lei, mas também tem que ter as condições de se fazer representar dignamente na busca por justiça.

Foi por isso que criamos, somente nos últimos dois anos, mais de 1.265 cargos de defensores públicos nos estados e mais 169 cargos de defensores na União.

Além disso, avançamos no campo da reforma processual. A sociedade deseja ardentemente, por exemplo, abreviar a longa espera pela solução judicial de suas demandas, que chega, em vários casos, a mais de 10 anos. Superar essa dificuldade significa ampliar a democracia e contribuir para o maior desenvolvimento do Brasil.

Felizmente, diversos projetos voltados para a melhor administração da Justiça já foram enviados ao Congresso, vários foram aprovados e estão em vigor, e outros estão tramitando, o que nos permite acreditar que teremos um futuro muito melhor em nosso País.

Minhas amigas e meus amigos,

As práticas inovadoras que estão hoje aqui sendo reconhecidas,



facultando aos seus autores o Prêmio Inovare, contribuem, sem dúvida nenhuma, para o maior prestígio do Judiciário e, por conseqüência, para o maior prestígio de todas as instituições do nosso País.

Saúdo, portanto, mais uma vez essa iniciativa e todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o seu sucesso, na esperança de que a continuidade do nosso esforço conjunto contribua cada vez mais para a construção do Brasil justo e fraterno que almejamos.

Meu querido Márcio Thomaz Bastos, eu não sei em que momento a comissão julgadora te deu o Prêmio Inovare, mas certamente você fez por merecer. O que mais me chamou a atenção, Márcio, foi que as pessoas que ganharam os prêmios não tiveram nenhuma necessidade de fazer uma passeata em Brasília, não tiveram necessidade de marcar nenhuma audiência com o Presidente da República e não tiveram sequer a força de vir a Brasília pedir que mudasse alguma lei. O que eles mudaram, na verdade, foi o seu jeito de ser. O que eles mudaram, na verdade, foi não apenas se colocar diante de um problema em função de uma legislação existente mas, além de agir como juízes, como procuradores e como defensores, se colocaram também como seres humanos. Uma coisa é o que a lei permite que eu faça, outra coisa é o que a minha criatividade permite que eu utilize a lei para facilitar a vida das pessoas.

Nesses últimos 15 dias, ou mais ou menos 20 dias, eu tenho utilizado muito as palavras “destravar o País” e, certamente, Márcio, você conhece que quando eu me queixo que nós precisamos destravar o País, é porque tem um bloqueio secular criado nas mais diferentes áreas da República Federativa do Brasil.

Eu vou dar um exemplo para vocês: somente de dívida ativa do Tesouro Nacional, são 380 bilhões de reais; somente de dívida da Previdência, são mais 190 bilhões de reais, que não se sabe quando vai sair e, se sair, não se sabe se existem ainda os devedores para pagar aquela dívida. Ou seja,



somente na área administrativa, um processo desses demora sete anos. Para chegar ao Supremo Tribunal Federal, chega a 16 anos. Apenas um exemplo do que eu falo da necessidade de destravar este País e destravar, possivelmente, seja muito menos com grandes mudanças em legislação, mas certamente grandes compromissos que nós temos que assumir enquanto cidadãos ou cidadãs brasileiros, pensando em deixar para aqueles que virão depois de nós um mundo menos problemático, um mundo menos difícil do que o mundo que nós herdamos quando nós nascemos.

Portanto, você tem um desafio de fazer tantas quantas reformas você precisar fazer no País, mas sobretudo tem uma reforma que tem que ser cotidiana, tem que ser uma coisa de minuto a minuto – como se nós fôssemos uma metamorfose ambulante, querendo mudar e querendo fazer coisas todo dia diferentes – que é a mudança no nosso procedimento, que é toda vez que a gente tiver um problema, seja na Presidência da República, Márcio, ou seja na menor instância do Poder Judiciário, toda vez que a gente tiver que tomar uma atitude, a gente tem que pensar em todas as regras legais, mas se a gente colocar 30 segundos da nossa cabeça para saber que o resultado daquilo pode beneficiar a sociedade como um todo ou pode prejudicá-la, certamente, eu penso que as mudanças que nós queremos fazer no Brasil serão muito mais fáceis e os ganhadores serão os 190 milhões de brasileiros.

Lamentavelmente, nós temos uma cultura e temos que respeitar aquilo que a gente tem, uma cultura predominante. É que muitas vezes, as notícias boas não merecem os destaques que merecem uma notícia ruim. Possivelmente, eu acho que do ponto de vista econômico, a notícia ruim deve dar muito mais dinheiro do que a notícia boa porque... como é que a gente vai educar a sociedade brasileira de que as coisas boas acontecem em maior número que as coisas ruins no País e que muitas vezes elas não são mostradas?

Eu acho que o que vocês fizeram para ganhar esse Prêmio merece da



parte do governo, merece da parte do Ministro da Justiça, merece da parte do Poder Judiciário brasileiro e merece da parte dos meios de comunicação um tratamento especial, porque vocês provaram que é melhor a gente ser especial no tratamento com a sociedade do que a gente ser a mesmice que secularmente nós fomos neste País.

Meus parabéns, que Deus permita que o que vocês fizeram para ganhar esses prêmios motive outros milhões de brasileiros que podem seguir e ter vocês como exemplo.

Um abraço e boa sorte.

Leia o release sobre este assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL041206-1.doc>